

Seção de  
artigos  
livres

**CRISE DO REGIME DE HISTORICIDADE  
MODERNO, INDIVIDUALIZAÇÃO E CONFIANÇA:  
ENTRE OS MOVIMENTOS E AS MOBILIZAÇÕES.**

**Cássio Rodrigues da Silveira**

Doutor em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia.  
e-mail: cassiofil@yahoo.com.br

SILVEIRA, Cássio Rodrigues da. Crise do regime de historicidade moderno, individualização e confiança: entre os movimentos e as mobilizações. *albuquerque – revista de história*. vol. 7, n. 14. jul.-dez./2015. p. 143-171.

**Resumo:** O presente artigo visa analisar o tipo de indivíduo e de individualidade que têm sido produzidos na contemporaneidade, a partir das reflexões sobre o tempo histórico elaborados pelos historiadores Reinhart Koselleck e François Hartog. Além disso, busca avaliar as implicações desse tipo de individualização para a efetivação dos movimentos sociais, por meio das contribuições sociológicas de Anthony Giddens, Zygmunt Bauman e Richard Sennett, além da contribuição filosófica de Gilles Lipovetsky.

**Palavras-chave:** Indivíduo e Individualidade, R. Koselleck, F. Hartog.

**Abstract:** This article aims to analyze the type of individual and individuality that have been produced in the contemporary world, based on the reflections on historical time elaborated by the historians Reinhart Koselleck and François Hartog. In addition, it seeks to evaluate the implications of this type of individualization for the effectiveness of social movements, through the sociological contributions of Anthony Giddens, Zygmunt Bauman and Richard Sennett, as well as the philosophical contribution of Gilles Lipovetsky..

**Key-words:** Individual and Individuality, R. Koselleck, F. Hartog.



objetivo do presente artigo é de conferir uma historicidade às mudanças que descreveremos a seguir e que, na nossa compreensão, são de extrema relevância para o estudo histórico dos movimentos sociais. Para tanto, nos utilizaremos de dois historiadores que, a nosso ver, fizeram uma reflexão consistente sobre o período do qual pretendemos tratar, chamado de pós-modernidade ou hipermodernidade, a partir de uma abordagem mais geral da própria noção de tempo histórico. O primeiro desses autores é o alemão Reinhart Koselleck. Em sua obra “Futuro passado”, o autor nos apresenta duas categorias que, de acordo com sua percepção, podem nos auxiliar na compreensão do tempo na história, que são a “experiência” e a “expectativa”. Nas suas palavras:

Com isso chego à minha tese: experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político.<sup>1</sup>

Como se pode perceber, o fluxo do tempo histórico, na percepção de Koselleck, parte de determinadas experiências para certas expectativas. A própria história amadurece na dinâmica entre as duas categorias. A experiência pode ser entendida como o passado presente, com todos os seus elementos de consciência e mesmo de inconsciência no que se refere à sua elaboração. A expectativa é uma presentificação do futuro, é fazer com que ele se consolide já, pelo menos enquanto possibilidade. Desse modo, o autor estabelece as noções de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. É preciso compreender que as duas estabelecem relação quando, por exemplo, alguém estabelece certas expectativas com relação ao futuro de acordo com as experiências que angariou até aquele momento. Novas ações são realizadas, portanto, nos limites da relação entre

---

<sup>1</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 308.

esses dois universos, ou, de acordo com Koselleck, “é a tensão entre experiência e expectativa que, de uma forma sempre diferente, suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico”<sup>2</sup>.

O potencial explicativo das categorias, no entanto, é mais bem demonstrado quando o autor as utiliza, de forma mais prática, para demonstrar uma tese que segue rumo aos nossos interesses de reflexão do presente capítulo. Para Koselleck,

na era moderna a diferença entre experiência e expectativa aumenta progressivamente, ou melhor, só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então.<sup>3</sup>

Procuremos entender melhor a citação. Para nosso autor, na antiguidade e, marcadamente, na Idade Média, o horizonte das expectativas era bastante limitado pelo espaço da experiência. Em sociedades de tradições muito fortes, com pouquíssimas mudanças ocorrendo de uma geração para a outra, o indivíduo, nesses grupos pautados por atividades artesanais e agrárias, esperava que seu futuro fosse praticamente sem variações, como fora aquele dos seus antepassados. Desse modo, temos uma temporalidade basicamente comandada pelo passado, na qual ele ditava as normas de como o futuro seria e, assim sendo, de quais as expectativas a nutrir.

A modernidade representou uma alteração brusca nessa relação entre as duas categorias, e isso em função de uma noção bem conhecida dos historiadores: progresso. Com as mudanças tecnológicas, cognitivas, artísticas e de formas de sociabilidade trazidas pelo período moderno, o passado já não poderia mais ser o comandante das relações temporais e teria que ceder lugar a outro agente: o futuro. As noções, portanto, de perfectibilidade e de progresso inserem nos participantes desse processo uma nova percepção com relação ao tempo e, para Koselleck, desde então,

toda a história pôde ser concebida como um processo de contínuo e crescente aperfeiçoamento; apesar das recaídas e rodeios, ele teria que ser planejado e posto em prática pelos homens.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Idem, *ibidem*, p. 313.

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*, p. 314.

<sup>4</sup> Idem, *ibidem*, p. 317.

Quanto mais avanços eram produzidos, formas de sociabilidade eram alteradas, mudanças eram sentidas pelos indivíduos que viviam esta experiência, mais elástica também se tornava a distância entre as experiências vividas pelos sujeitos, baseadas nos seus passados que eles presentificavam, e as expectativas, que agora não podiam mais ser definidas pelo que já haviam vivido. Como dito acima, é o futuro, a partir de agora, a temporalidade a comandar o fluxo do tempo histórico e as relações que os indivíduos estabelecem com ele. Como bem sabemos, tais alterações não cessaram de ocorrer – ao contrário, tiveram suas velocidades intensificadas no período que nos propomos a estudar. Ainda pensando com nosso autor sobre a modernidade, é possível entender que “a partir de então o horizonte de expectativa passa a incluir um coeficiente de mudança que se desenvolve no tempo”<sup>5</sup>, tornando-o, portanto, cada vez mais distante do espaço das experiências já vivenciadas. No limite, para Koselleck, chega um momento em que ocorre uma ruptura entre as duas categorias com as quais estamos aqui trabalhando, quando “não é mais possível projetar nenhuma expectativa a partir da experiência passada”<sup>6</sup>.

De acordo com Koselleck, tal distância entre o passado e o futuro, tal fosso gerado em função das diferenças entre experiência e expectativa tenderia a aumentar de forma cada vez mais rápida. As consequências disso, no entanto, são mais bem exploradas por outro autor, François Hartog, em sua obra “Regimes de historicidade”<sup>7</sup>. Inicialmente, ele procura esclarecer o que denomina de regime de historicidade, afirmando-o como um artefato, uma noção que se aproximaria do tipo-ideal weberiano, e que corresponderia a “como uma sociedade trata o seu passado e do seu passado”<sup>8</sup>, formas de experiência do tempo, maneiras de ser no tempo.

Tal categoria foi desenvolvida por Hartog, de acordo com seus próprios esclarecimentos, a partir de uma articulação entre a antropologia e a história, e permite articular as noções de presente, passado e futuro, conduzindo o historiador a perceber como cada indivíduo ou coletividade estabelece relações com essas temporalidades e, o que é mais importante, as formas distintas com que isso se opera. O mais importante, no entanto, é que o autor entende que tal instrumento metodológico ajuda a apreender “principalmente momentos de crise do tempo, aqui e lá, quando vêm justamente perder

---

<sup>5</sup> Idem, *ibidem*, p. 317.

<sup>6</sup> Idem, *ibidem*, p. 319.

<sup>7</sup> HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

<sup>8</sup> Idem, *ibidem*, p. 28.

sua evidência as articulações do passado, do presente e do futuro”<sup>9</sup>. É exatamente por compreender que, na atualidade, vivemos uma crise do tempo, que o autor nos permite a historicização dos aspectos que analisaremos na sequência do trabalho. Mas tentemos perceber quais são os aspectos dessa crise.

Seguindo a elaboração de Koselleck, Hartog entende o regime de historicidade moderno como aquele marcado por um distanciamento cada vez maior entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa. Isso se deve, concomitantemente, à exaltação da noção de progresso e aos desenvolvimentos técnicos cada vez mais acentuados, que fazem com que o futuro se apresente cada vez mais como algo distinto do passado dos agentes. O que é necessário entender, no entanto, é que a própria noção de progresso, ao longo do século XX, passa a ser problematizada, e com isso a preponderância do futuro em uma posição de comando em relação às outras instâncias vai perdendo sua força. Em lugar do futurismo moderno, para nosso autor foi surgindo o presentismo, que é a forma muito específica da contemporaneidade, ou seja, do nosso tempo, de lidar com o presente, diferente das maneiras de fazê-lo que existiram no passado. De acordo com Hartog, para nós, “tudo mudou, e o presente encontrou-se marcado pela experiência da crise do futuro, com suas dúvidas sobre o progresso e um porvir percebido como ameaça. O futuro não desaparece, mas parece obscuro e ameaçador”<sup>10</sup>.

No regime de historicidade antigo, um passadismo, ou seja, a preponderância do passado, estabelecia os modelos para que as expectativas pudessem ser delimitadas, sempre bastante ancoradas na experiência. No regime moderno prevalece um futurismo, em função da exaltação do progresso, com a esperança de futuro diferente, mas sempre superior, melhor, estabelecendo as relações entre as temporalidades. Na contemporaneidade o presentismo ganha primazia, engolindo, ao mesmo tempo, o passado e o futuro. De acordo com Hartog:

A luz projetada a partir do futuro diminui, a imprevisibilidade do porvir aumenta, o presente torna-se categoria preponderante, enquanto o passado recente – aquele que surpreende por “não passar” ou que inquieta por “passar” – exige ser incessante e compulsivamente visitado e revisitado.<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> Idem, *ibidem*, p. 37.

<sup>10</sup> Idem, *ibidem*, p. 250.

<sup>11</sup> Idem, *ibidem*, p. 180.

Na insegurança em relação a um futuro que, da ideia de progresso certo, passou, ao longo do século XX, a ser aquele da tragédia nuclear, das catástrofes ambientais ou do crescente processo de exclusão social, o presente acaba por ganhar o jogo e estabelecer a dinâmica. Em função das guerras e, principalmente, da noção de crime contra a humanidade, assim como o ato realizado não passa do ponto de vista jurídico, pois o criminoso deve ser punido, não importa quantos anos tenham se passado do crime, o passado também não passa, quer se fazer constantemente presente, imprescritível.

As incertezas em relação ao futuro instam o sujeito a mergulhar cada vez mais no presente. Como nos afirma Hartog em outro trecho, o “desemprego contribui fortemente para o confinamento no presente e para um presentismo, agora penoso e desesperado”<sup>12</sup>. Desse modo, é marcado por essa distensão do presente, presentificando o passado, não deixando que ele seja encerrado e evitando ou negando o futuro naquilo que ele tem de incerto, de ameaçador. De acordo com Hartog, a questão é que o distanciamento entre espaço de experiência e horizonte de expectativa, que tendia a aumentar mais e mais na modernidade, acabou chegando ao ponto de uma ruptura. Isso acontece de uma maneira excessivamente intensa, “de modo que a produção do tempo histórico parece estar suspensa. Daí talvez essa experiência contemporânea de um presente perpétuo, inacessível e imóvel, que busca, apesar de tudo, produzir para si mesmo seu próprio tempo histórico.”<sup>13</sup>

Desse modo, vivemos em um tempo no qual, a partir da acentuação das tendências da modernidade, o futuro tende a ser cada vez mais distinto das nossas experiências do passado. No entanto, diferente do regime de historicidade moderno, não há mais uma crença de que o que vem pela frente será sempre melhor ou superior àquilo que se deixou para trás. O passado não vai nos oferecer padrões para as nossas expectativas, visto que já há alguns séculos ele se encontra dispensado dessa função. Temos receio de um futuro que se apresenta mais como ameaça do que como esperança de tempos melhores. Assim, comprimidos, permanecemos no presente, que a todo o momento retoma um passado que ele insiste em responsabilizar por aquilo que é hoje, não querendo olhar para um futuro já fora do seu controle. Tal é o presentismo, e tais são os motivos de sua existência em nossos tempos.

Vale reiterar, ainda em tempo – e isso é importante para o andamento do estudo que segue – que o regime de historicidade, como instrumento, é uma categoria de análise

---

<sup>12</sup> Idem, *ibidem*, p. 148.

<sup>13</sup> Idem, *ibidem*, p. 39.



criada pelo historiador à semelhança de um tipo-ideal. Hartog quer que compreendamos que os diferentes grupos sociais experimentam as relações que descrevemos acima de formas bastante distintas. Desse modo, a alguns é oferecida a experiência da velocidade e da virtualidade característica dos tempos de globalização, mas não podemos ser ingênuos nos esquecendo de que tanto o acesso à tecnologia quanto essas próprias experiências não são acessíveis igualmente a todos. Temos, então, o presentismo tal como é experimentado pelo morador das grandes cidades, mas também o temos na experiência do exilado, do imigrante, e todas essas vivências de temporalidades são distintas. Todas elas também são, no entanto, afetadas por uma forma geral de percepção temporal.

Portanto, fechando esse tópico, vivemos em uma crise do regime de historicidade moderno que, segundo Hartog, se deve à ruptura entre as categorias de espaço de experiência e horizonte de expectativa, cuja dinâmica de interação é responsável pela produção do tempo histórico tal como é inteligível para nós. Essa ruptura decorreu de uma tendência da modernidade, que já nos era apresentada por Koselleck, de distanciamento entre as duas categorias, em função da exaltação da noção de progresso e da velocidade dos avanços técnicos, próprias do período moderno. A crise é responsável por uma nova forma de pensarmos sobre nós mesmos e nossa relação com o tempo, e tem evidentemente inúmeras características. Nos tópicos que seguem, depois dessa breve análise de cunho mais histórico, passaremos a avaliar outras especificidades da contemporaneidade, que acreditamos serem relevantes para a compreensão do nosso tempo.

## **Hiperindividualismo e confiança**

O primeiro grande elemento que é necessário compreender melhor no período aqui delimitado é a questão do indivíduo. O individualismo é um fenômeno característico da modernidade, portanto não se apresenta como algo novo. O que vai se tentar avaliar aqui é a pertinência ou não do que tende a ser chamado de hiperindividualismo, nos termos de Gilles Lipovetsky<sup>14</sup>. Um elemento que iremos inserir no auxílio das avaliações que faremos a partir de agora é a noção de movimento social, exatamente para avaliarmos os níveis de individualização consolidados em relação à participação dos sujeitos em lutas

---

<sup>14</sup> LIPOVETSKY, Gilles. *A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

coletivas. Mas pode-se perguntar: por que tal noção tem tanta relevância no presente estudo? A resposta, a meu ver, deve ocupar o centro da nossa reflexão: os movimentos sociais, na sua grande maioria, dependem de um nível de engajamento considerável com causas coletivas, o que só é possível se o individualismo presente na sociedade for suplantado por tal percepção. Dito de outra forma, se o grau de individualização for tanto que os membros de uma dada sociedade não consigam se envolver em esforços que extrapolem seus próprios interesses, os movimentos sociais ficam cada vez menos viáveis, exigindo das organizações coletivas a adoção de outras estratégias, como a da mobilização.

Nas mobilizações, que podem envolver milhares de pessoas ao mesmo tempo em um mesmo lugar, marcadas com antecedência, com horário para começar e para terminar, não é necessário efetivamente que os participantes se importem significativamente com a defesa de interesses coletivos. Como tem sido possível observar com muita frequência em acontecimentos recentes, as pessoas podem se dirigir para um determinado local com um cartaz, uma faixa e, em muitos casos, registrar o ocorrido e tornar público nas chamadas redes sociais, permanecer na mobilização durante o tempo que lhes interessa, retornar para casa e aguardar os efeitos daquele ato (se é que eles aparecerão). Diferentemente disso, para os integrantes de um movimento clássico, como o sindical ou o MST, o grau de envolvimento é significativamente superior. A hipótese aqui sustentada é a de que, além dos meios técnicos que possibilitam as novas formas de organização no espaço, os processos de individualização, que envolvem as tecnologias, mas não são explicados por elas, ajudam a compreender as modificações nas maneiras como os grupos se organizam na busca da ampliação de direitos e de mudanças significativas para o coletivo.

Não há aqui nenhuma tentativa de hierarquização, do tipo movimentos contínuos são mais importantes e as mobilizações menos significativas, ou de que os primeiros seriam mais eficazes que as segundas. Sabemos o quanto a pressão das ruas, oriunda de pessoas às vezes com pouco ou nenhum histórico de participação política, acometidas pela indignação do momento, foi importante no período das lutas pelas eleições diretas da década de 1980, ou no impeachment de Collor nos anos 1990, para lembrar alguns casos. Estamos cientes, também, de que o nível de engajamento dentro de um movimento específico como o MST é muito diferente nos diversos indivíduos que ali se encontram. Os dirigentes, provavelmente, possuem um grau de politização bastante alto, o que, muito possivelmente, não ocorre com a maioria dos indivíduos que se encontram nas bases. Adiante falaremos um pouco melhor sobre isso. A questão é, isso sim,

compreender que a mobilização (entendida aqui como encontro imediato entre sujeitos, organizado para fins específicos e com prazo, na maioria das vezes, para acabar) exige um tipo de compromisso social diferente daquele adotado pelo movimento, entendido este último como um grupo razoavelmente fixo de pessoas que se aglutinam em torno de um objetivo comum a ser atingido, e que pode até ter a mobilização como uma de suas estratégias de ação, nunca sendo esta a única.

É para uma melhor compreensão dessa dinâmica que uma pergunta precisa ser respondida: qual é o tipo de indivíduo que estamos estudando aqui, e que, segundo nossa hipótese, se desenvolveu a partir das décadas de 1960/70? Dentre os vários termos utilizados para qualificar o comportamento social nesse período, afinamos mais com o que está presente na percepção de Lipovetsky: o hiperindivíduo. O termo “hiper” tem um duplo ganho aqui. Demonstra que o fenômeno que tentamos compreender não decorre do advento de outra época, como poderia fazer compreender o prefixo “pós”. Não existe um depois de nada, mas, na compreensão do sociólogo Anthony Giddens<sup>15</sup>, uma acentuação das tendências já presentes na modernidade, essa nossa conhecida. A tendência ao individualismo, portanto, característica do capitalismo, é levada ao seu extremo. Percebe-se que as noções de vida comunitária e de pertencimento já eram bastante massacradas no período mais sólido do sistema capitalista, como podemos ler em trecho de Marx e Engels escrito e publicado entre 1847 e 1848:

Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de terem um esqueleto que as sustente. Tudo que era sólido e estável evapora-se, tudo que era sagrado é profanado e os homens são, finalmente, obrigados a encarar com serenidade as condições de existência e suas relações recíprocas.<sup>16</sup>

Como se pode inferir do fragmento, o sistema capitalista se consolida, ainda em meados do século XIX, causando aceleradas modificações nas formas institucionais existentes e substituindo a “estabilidade” anterior por relações que não chegarão a se efetivar antes de serem suplantadas por outras mais novas. No entanto, com a difusão da ideia de uma comunidade global, com um fluxo cada vez mais intenso de produtos e, em certa medida, de pessoas, a velocidade e intensidade disso são muito acentuadas, e esse é

<sup>15</sup> GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

<sup>16</sup> KARL, Marx & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Global, 2000, p. 79.

um sentido do prefixo “hiper” aqui utilizado. O indivíduo é um cidadão do mundo, pouco protegido, por vezes, pelas leis e pela soberania do seu próprio município, unidade federativa, país, e acometido, como veremos abaixo, de um forte sentimento de insegurança e incerteza sobre o seu futuro. Além disso, o “hiper” é utilizado no espaço virtual e faz alusão àquelas palavras que aparecem com grifos nos textos, sobre as quais clicamos para que possamos ir para outros textos. A ideia básica é de que o espaço virtual é um enorme hipertexto, e se ficarmos clicando e saltando de texto em texto, não encerraremos o processo nunca, e talvez nem cheguemos a um conhecimento acabado sobre algo, em função dos desvios aos quais a pesquisa virtual pode nos conduzir. Os processos de individualização contemporâneos, longe de produzirem uma individualidade autônoma, racional, plena, promovem uma busca constante, como o clicar nos ícones, sem que este processo em algum momento resulte em algo definido. A subjetividade contemporânea é caracterizada pela possibilidade de produção de identidade, mas, até se chegar à efetivação disso há uma distância grande. Dessa forma, a marca do sujeito hipermoderno é a busca, o movimento, o clicar em um ícone, depois no outro, e depois no outro, sem garantias de que vá produzir uma personalidade próxima do que se possa chamar de plena. Daí uma hiperindividualização. Nas palavras de Lipovetsky:

Desvanecido das culturas de classe, recuo do sentimento de inclusão em uma coletividade, fragilização da vida profissional e afetiva, desestabilização dos papéis e das identidades sexuais, afrouxamento dos laços familiares e sociais, enfraquecimento das orientações religiosas: todos esses fatores acentuaram fortemente a sensação de isolamento das pessoas, a insegurança interior, as experiências de fracasso pessoal, as crises subjetivas e intersubjetivas. Quanto mais o indivíduo é livre e senhor de si, mais aparece vulnerável, frágil, desarmado internamente. Dão testemunho disso a multiplicação dos suicídios e as tentativas de suicídio, a espiral de ansiedade e de depressão, o crescimento da toxomania, dos psicotrópicos e das demandas psiquiátricas.<sup>17</sup>

Pelo que percebemos o autor não se encontra muito otimista com o resultado do processo que narra e, no texto, aponta o que seriam algumas de suas causas. Mas uma expressão é interessante: o indivíduo é livre e senhor de si. Não há valor maior para o projeto da modernidade do que a liberdade. Como um projeto levado a cabo por meio da liderança de determinados grupos sociais, dentre os quais a burguesia, não há dúvida de que nosso mundo foi construído em torno da ideia, cada vez mais abrangente, de que todos devemos ser livres. Depois da liberdade de apropriação, diversas outras foram

<sup>17</sup> LIPOVETSKY, Gilles. *A cultura-mundo*. Op. cit., p. 55.

objeto de luta pelos mais diversos sujeitos sociais, escravos, trabalhadores, mulheres, estudantes, e as conquistas pareciam não ter fim. Votar, se expressar, se relacionar de múltiplas formas, foram algumas das liberdades buscadas ao longo, sobretudo, dos séculos XIX e XX. O resultado, aparentemente, não parece ser de todo positivo para o autor: vulnerabilidade, fragilidade, ansiedade, depressão. As conquistas nos trouxeram, na verdade, certo mal-estar. Parece paradoxal, mas não chega a ser. Para melhor compreender tal relação, utilizo-me de outro estudioso do processo aqui descrito, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman. Tornamo-nos, utilizando os termos do autor, homens modulados. Vejamos como ele mesmo define tal comparação:

Assim como a mobília modulada não tem formato “certo” predeterminado, mas um conjunto infinito de formas e expansões possíveis, o homem modulado não tem perfil nem função predeterminados. (...) O homem modulado é uma criatura com *qualidades móveis, disponíveis e cambiáveis*, um remanescente do “homem proteano”, esse celebrado ideal dos filósofos renascentistas. Resumindo: o homem modulado é, antes e acima de tudo, um homem sem essência. Ao contrário da mobília modulada, porém, o homem modulado faz por si mesmo o trabalho de montagem e remontagem. É modulado mas também *automodulante*. Se um guarda-roupa modulado é um conjunto de *possibilidades* a escolher, o homem modulado vive como um conjunto de *tarefas* a serem realizadas.<sup>18</sup>

Somos modulados, e automodulantes. Hiperindividualizados diante de uma proliferação cada vez maior de formas de vida possíveis que nos são oferecidas, com o ônus de ter que escolher sozinhos e, o que é motivo cada vez maior de estresse, o sofrimento, a angústia de ter que arcar também de forma solitária com as consequências das nossas escolhas. Existe uma sensação generalizada de que o coletivo se afasta e de que temos que nos reinventar, cotidianamente, por nós mesmos. A consequência disso é o advento, para Bauman, da tríade característica do nosso tempo: incerteza, insegurança e ansiedade. Aparentemente cada vez mais livres, os indivíduos se sentem também cada vez mais responsáveis pelas escolhas que fazem. E as escolhas, em geral, representam um peso, em função das consequências que têm, e que são cada vez menos compartilhadas com o grupo, em função do processo de individualização. Outro autor que também nos fala desta situação é Ulrich Beck. Para ele, é a própria complexificação social,

---

<sup>18</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 61.

característica e necessidade das sociedades modernas, a responsável pela hiperindividualização. Vejamos como ele nos apresenta isso:

Na medida em que a sociedade se divide em esferas funcionais separadas que não são intercambiáveis nem enxertáveis umas nas outras, as pessoas só se integram à sociedade em seus aspectos parciais de contribuintes, motoristas, estudantes, consumidores, eleitores, pacientes, produtores, pais, mães, irmãs, pedestres e assim por diante. Trocando constantemente de lógicas de ação diferentes e em parte incompatíveis, são forçadas a tomar nas mãos o que está em perigo de ser feito em pedaços: sua própria vida. A sociedade moderna não se integra em seus sistemas funcionais como pessoas completas; em vez disso, baseia-se no fato de que os indivíduos não estão integrados, mas apenas parcial e temporariamente envolvidos enquanto vagam entre mundos funcionais diferentes.<sup>19</sup>

É isso. Vivemos sociabilidades transitórias. Émile Durkheim já nos falava da tendência de complexificação social presente na transição das sociedades tradicionais para a capitalista, e de como esta última exigia um alto grau de diferenciação funcional. E isso foi escrito no fim do século XIX<sup>20</sup>. Já nesse momento o autor falava dos desafios para a coesão entre os indivíduos e dos riscos de desagregação social, denominados por ele de anomia. No entanto, o autor acreditava que, em condições normais, o capitalismo que ele vivenciou poderia gerar união entre os indivíduos a partir do que ele chamava de interdependência funcional. O fato de sermos altamente dependentes uns dos outros e, acima de tudo, a consciência que temos de tal dependência, deveria gerar um sentimento moral que Durkheim chamava de solidariedade. Isso nos uniria com laços, para ele, mais fortes do que os presentes nas sociedades pré-capitalistas. Sem entrar em debate com o autor, pois este não é o momento, mas utilizando-o para entender a afirmação de Beck, a hiperindividualização é o resultado da complexificação social levada ao seu extremo, o que faz com que o indivíduo não se veja mais inserido em um determinado grupo social, mas sim, utilizando um termo mais atual, conectado. Como o texto diz que os sujeitos sociais se encontram sem integração plena, transitando entre os grupos funcionais, o termo de Bauman, “homem modulado”, parece ter sentido. Percebemos, novamente, que

---

<sup>19</sup> BECK, Ulrich. Viver a própria vida num mundo em fuga: individualização, globalização e política. In: GIDDENS, Anthony & HUTTON, Will. **No limite da racionalidade**. Rio de Janeiro: Record, 2004, p-236-237.

<sup>20</sup> DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.



aparentemente não vivemos uma era nova, mas um resultado esperado do desenvolvimento dos projetos da modernidade. A luta por maiores níveis de liberdade foi intensa, e ainda é travada por grupos sociais que não se sentem completamente contemplados neste quesito. O preço real a ser pago pelo grau de liberdade que as sociedades contemporâneas propiciam aos seus membros, no entanto, é alto, e implica, sobretudo, que eles arquem praticamente sozinhos com os resultados de suas escolhas e atitudes. Os resultados, como estamos vendo, não têm sido de todo positivos.

É, portanto, importante ainda ressaltar que, compartilhando a concepção de alguns autores já citados, boa parte dos benefícios e dos malefícios da hiperindividualização característica de nosso tempo é resultado das próprias lutas por maiores liberdades individuais. Ainda segundo Lipovetsky,

Os valores hedonistas, a oferta sempre maior de consumo e de comunicação, a contracultura convergiram para acarretar a desagregação dos enquadramentos coletivos (família, Igreja, partidos políticos, moralismo) e ao mesmo tempo uma multiplicação dos modelos de existência: daí o neoindividualismo do tipo opcional, desregulado, descompartimentado. A “vida *à la carte*” tornou-se emblemática desse *homo individualis* desenquadrado, liberto das imposições coletivas e comunitárias. Na escala da história, é uma segunda revolução individualista que está em marcha, instituindo desta vez um individualismo acabado, extremo: um hiperindividualismo.<sup>21</sup>

Tomando um aspecto do texto, vamos localizar o processo no mesmo período evidenciado por Gilles Lipovetsky: a contracultura – movimentos que eclodiram nas décadas de 1960/70 e que lutaram contra enquadramentos seculares, opressores, excludentes do ponto de vista do gênero, da etnia, da forma de viver distinta daquela socialmente aceita. Esses movimentos tiveram vitórias significativas porque, evidentemente, suas demandas eram consideradas justas, e muito provavelmente o eram. No entanto, o que nosso autor afirma é que a relativa liberação de certos padrões, reunida aos demais elementos, como os valores hedonistas/individualistas e o hiperconsumo, potencializou este fenômeno que ele denomina de hiperindividualismo. A questão é que ocorre um relativo declínio dos valores verticais praticamente hegemônicos naquele momento, sem que outras formas de sociabilidade nos fossem apresentadas. Ao contrário. O autor denomina de “vida *à la carte*” exatamente esta possibilidade, cada vez

---

<sup>21</sup> LIPOVETSKY, Gilles. **A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada.** Op. cit., p. 48.

mais defendida, e muito provavelmente com justiça, que cada um tem de escolher, de forma totalmente livre, como vai viver. Outro autor que apresenta uma reflexão sobre a queda dos padrões tradicionais de sociabilidade é Norbert Lechner. Vejamos:

Desfazem-se os limites entre nós e os outros e se perde o marco de referências e proporções que permite situar o lugar de cada um. Irrompe o elogio das diferenças, mas sem que se constitua uma “ordem de distinções”. A invocação do pluralismo supõe uma articulação que ainda precisa ser reformulada. Na ausência de tal interação, a diversidade se manifesta como fragmentação.<sup>22</sup>

O que se pode perceber, portanto, é que por mais que as demandas por maiores liberdades individuais sejam justas e que os padrões que estão sendo questionados sejam injustos, não se devem computar só ganhos no processo de enfraquecimento das hierarquias mais verticalizadas. Elas trazem mais liberdade, mas maiores incertezas sobre como se deve agir. Ampliam as possibilidades de sociabilidade, mas favorecem a sensação de desconexão que tem potencializado o processo de individualização do qual estamos tratando aqui. Como em quase toda mudança significativa ocorrida na sociedade, não é simples de se avaliar, e não é paradoxal se pensar em pontos positivos e negativos. Outro autor a nos mostrar isso, já com uma reflexão inserida na questão da política, é Bernardo Sorj. Vejamos o que ele nos diz:

A nova onda de direitos, denominados geralmente de “simbólicos” ou “imateriais”, cria uma contradição entre democratização e democracia difícil de ser resolvida. Na medida em que a democratização das relações sociais se realiza pela afirmação de identidades que corroem os sentimentos de comunidade – isto é, de ser parte do mesmo mundo, de compartilhar problemas e valores –, destrói-se, até certo ponto, uma das bases fundamentais da cidadania; o sentimento de pertencer a um mundo de pessoas iguais.<sup>23</sup>

Grupos sociais até então destituídos de direitos elementares, como os étnicos ou de gênero, conquistaram, e com justiça, direitos históricos extremamente necessários. Foi

<sup>22</sup> LECHNER, Norbert. Os novos perfis da política: um esboço. *Lua Nova*, n.º 62, 2004, p. 17.

<sup>23</sup> SORJ, Bernardo. *A democracia inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p- 57.



um importante processo denominado na citação de “democratização”. A sociedade foi, ao longo das décadas, a partir do marco dos 60/70 que estabelecemos, se tornando mais tolerante com relação à diversidade, e esta foi, aos poucos, se tornando mais visível no tecido social. É claro que isso tem incomodado a parcela mais conservadora que ocupa os mesmos espaços, o que tem gerado, inevitavelmente, conflitos de representações e por vezes até físicos, também como resultado do processo. No entanto, nenhuma modificação significativa ocorre, provavelmente, sem que seja acompanhada de certos transtornos. O resultado final, positivo, foi uma sociabilidade mais plural, que abarca cada vez mais as diversas formas de conceber o mundo, de relacionamentos, de traços culturais. Esses grupos continuam lutando, até os dias de hoje, porque não sentem que todas as suas demandas tenham sido atendidas.

A dificuldade – não vou colocar isso aqui como um problema – ou o desafio que se estabelece para a luta política é exatamente o final da citação de Bernardo, quando ele nos lembra que a democracia, enquanto forma de tomada de decisões coletivas – sempre tão difícil, pois envolve debates, discussões, compartilhamentos de desejos, disposição para abrir mão de anseios individuais – exige a compreensão mínima de que existe igualdade. O processo de particularização das lutas sociais é tão acentuado que parece não permitir mais que estabeleçamos essa percepção de um espaço de lutas comum. Nesse sentido, os avanços das conquistas de grupos podem produzir cada vez mais resultados, é possível construir um tecido social cada vez mais tolerante sem, no entanto, avançarmos no desenvolvimento de competências para a vivência de uma democracia política mais efetiva, no sentido de nos importarmos com questões que interfiram na forma e na qualidade de vida de parcela mais significativa da população, nos envolvendo na reflexão sobre decisões que influenciem no cotidiano daqueles que se encontram fora do nosso grupo de interesses. Vivemos em uma sociedade diferente daquela em que viviam as pessoas que iniciaram as lutas da chamada contracultura. Na minha concepção pessoal, ela é melhor no plano da convivência entre as pessoas, do respeito entre os indivíduos, em função das diversas lutas que foram estabelecidas desde então. Isso não pode nos levar a desconsiderar, no entanto, que a sociedade em que vivemos também tem os seus paradoxos e as suas dificuldades, até para que possamos entendê-los e enfrentá-los. As lutas contra relações verticais autoritárias e repressoras produziram ganhos, mas contribuíram, a nosso ver, para o processo de individualização que estamos descrevendo, que traz também as suas consequências, na nossa compreensão, problemáticas.

O que estamos tentando mostrar é que, tanto para o indivíduo quanto para o tecido social, as consequências disso não foram pequenas, e aqui não nos cabe, em hipótese alguma, definir quem se sobrepõe a quem, as perdas ou os ganhos. A questão que nos interessa é definir se essa hiperindividualização, além de conduzir cada sujeito à tríade perversa apresentada por Bauman, de incerteza, insegurança e ansiedade, tem outros efeitos. Nossa percepção é de que ela interfere em algo que, em nossos estudos, é extremamente relevante: a capacidade de indignação social e de engajamento em causas coletivas.

O indivíduo tende a maiores níveis de indignação diante daquilo que é prejudicial à sociabilidade na medida em que se sinta mais inserido no convívio, nos grupos, na família, escola, Estado, empresa, igreja, dentre outros. Se o resultado do processo aqui estudado é um nível considerável de desconexão, o efeito provavelmente é o contrário daquilo que foi descrito no parágrafo anterior. Ao se sentir menos ligado aos grupos que lhe estão mais próximos, o indivíduo se sente menos ligado ao todo também. Em consequência disso, os problemas e mazelas sociais só serão um problema para ele na medida em que interfiram muito diretamente nos seus interesses. Aqueles que têm possibilidade de resolver seus problemas – muitas vezes de caráter público, como saúde, educação, cultura – de forma privada não tendem a se engajar nas lutas pelas melhorias ou por maior acesso a estes serviços como aqueles que definitivamente não podem tê-los a não ser que sejam oferecidos pelo setor público.

Uma armadilha interessante será melhor comentada em tópico abaixo: em países de Estado mais eficiente no sentido de gerar bem-estar social, as pessoas pararam de se engajar em causas coletivas, simplesmente porque não era necessário fazê-lo, já que as instituições políticas garantiam o acesso a serviços e equipamentos coletivos. Paradoxalmente, em países nos quais o Estado teve dificuldade de gerar os benefícios necessários à população, isso foi conduzindo, ao longo do tempo, a uma perda de estímulo para a participação, dada a sensação de que não adiantaria se envolver. De todo modo, temos hoje níveis menores de envolvimento nas questões dessa natureza do que em momentos anteriores.

Algumas dessas mudanças que estão muito perceptíveis na década de 1970 são acentuadas por um fenômeno que ocorre bem depois: o advento da internet. A sociedade líquido-moderna ganha mais uma característica marcante, que é a sociabilidade em rede. Tal forma de ordenamento difere bastante de tudo aquilo que a humanidade vivenciou até então, já que as formas de socialização anteriores, tribais, servis, ou a própria sociedade civil, exigiam relações verticais de hierarquia. A sociedade em rede é marcada

pela horizontalidade, pela sensação, ainda que não de todo verdadeira, de que cada um pode dispor da palavra como bem entende e assimilar somente aquilo que lhe interessa. Daí as relações desse tipo serem tão atrativas, em função dessa liberdade, pelo menos aparente, de inserção e fruição das relações. Nas palavras de Castells:

Nos últimos anos, a mudança fundamental no domínio da comunicação foi a emergência do que chamei de autocomunicação – o uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital. É comunicação de massa porque processa imagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infindável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo. É autocomunicação porque a produção da mensagem é decidida de modo autônomo pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens das redes de comunicação é autosselecionada. A comunicação de massa baseia-se em redes horizontais de comunicação interativa que, geralmente, são difíceis de controlar por parte de governos ou empresas.<sup>24</sup>

É o que o texto acima apresenta que denomino aqui de horizontalidade, algo que está presente de forma marcante na interação nas redes sociais e que parece, inclusive, ser o elemento atrativo deste tipo de relação. Um espaço no qual as pessoas podem se expressar com liberdade, dizer o que pensam, não sem ter que assumir, é claro, certas consequências disso, como quando têm que responder a críticas aos seus posicionamentos. Tudo, no entanto, parece ser mais simples e mais rápido que no espaço concreto da vida cotidiana. A ideia de interatividade também deve ser levada em consideração. Diferente dos meios de comunicação de mão única, como a TV, o rádio ou o jornal, a internet oferece ao usuário a possibilidade de interagir com o espaço no qual está inserido. O que vemos hoje, portanto, é o uso cada vez maior, pelos meios tradicionais, das possibilidades virtuais para gerar uma participação do público, uma interação do tipo “você decide” em tempo real, antes realizada pelo telefone de forma nitidamente inferior, agora potencializada pelas relações de rede.

O bombardeio de informações ao qual o indivíduo é exposto nas relações virtuais, somado, ao mesmo tempo, à redução da importância das noções de passado e futuro que figura nas relações das redes – tome-se como exemplo a “linha do tempo” do Facebook, uma das redes sociais mais famosas da atualidade, e se poderá perceber que não existe

---

<sup>24</sup> CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p-11 e 12

passado, já que as imagens e mensagens vão escorregando na tela a uma velocidade vertiginosa – e à pretensa liberdade de expressão e de visualização – limitada pelos próprios contratos das empresas que, geralmente, não são lidos pelos usuários – gera uma interação muitas vezes enganosa, a “aldeia global” preconizada por Marshall McLuhan<sup>25</sup>. A questão é que se a afirmação mais famosa do autor estiver correta, e se realmente “o meio é a mensagem”, é muito provável que as relações em rede tenham causado, nas últimas décadas, transformações como talvez os últimos séculos tenham poucas a nos mostrar. É provável que estejamos modificando nossas formas de interação com o mundo – com a pesquisa, por exemplo, em um trabalho como este que realizo, no qual boa parte das fontes antes impressas, *in loco*, se encontram disponíveis em espaços de pesquisa em páginas das próprias instituições – e com as outras pessoas de forma sem precedentes.

Desse modo, aqui entendemos o processo de virtualização cada vez mais intenso das relações como algo que intensifica as tendências de mudança das formas de sociabilidade contemporâneas já descritas acima. Não há uma valoração exata, no sentido de saber se as melhoram ou pioram, e há uma intensificação de certas tendências, não uma fundação a partir da sociabilidade virtual, não se trata disso. Sobre o assunto ainda vale ressaltar a percepção que nos apresenta Bernardo Sorj, sobre o que ele denomina de telemática:

Como a Internet passou a ser o meio de comunicação a distância mais utilizado (substituindo o correio e até certo ponto o telefone), naturalmente ela está presente e permeia todas as relações sociais, econômicas e políticas. Mas isso não significa que ela necessariamente seja capaz de modificar tais relações. Se a Internet, como indicamos anteriormente, aprofunda tendências já presentes na sociedade contemporânea, nada indica, até o momento, que ela seja um fator de transformação radical da estrutura social, do sistema de estratificação e das normas e valores da sociedade.<sup>26</sup>

A chamada sociedade em rede, assim denominada por Manuel Castells, só pode ser compreendida na sua interação com os demais elementos que estão aqui sendo interpretados. Não há uma nova forma de sociabilidade inaugurada pela internet, pois nenhuma tecnologia provavelmente deve ser responsabilizada, sozinha, pelas

<sup>25</sup> MCLUHAN, Herbert Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Editora Cultrix, 2002.

<sup>26</sup> SORJ, Bernardo. **brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed; Brasília, DF: Unesco, 2003, p- 41.

modificações de uma forma social. No entanto, as novas formas de interação possibilitadas pelas tecnologias virtuais acentuam ou, como é afirmado no texto, aprofundam tendências já presentes no tecido social. É, pois, importante analisar tal componente da forma de relação das sociedades do nosso tempo, ainda que não estejamos aqui estabelecendo umnexo causal específico ou uma relação absoluta de causa e efeito entre virtualização e hiperindividualismo, mas tão somente apontando para a relação entre os dois processos, que se influenciam mutuamente.

Nossa tentativa aqui é a de compreender a relação entre esse processo complexo, que envolve hiperindividualização e virtualização das relações, e a possibilidade de organização dos movimentos sociais, ou, em outros termos, de entender até que ponto tais fenômenos influenciam ou não nas formas de mobilização coletiva. Na nossa compreensão, a participação do indivíduo em qualquer agrupamento de forma não diretamente remunerada – entendemos aqui que os participantes do movimento podem ter uma visão tipicamente utilitarista, que vise à participação em função do ganho de um pedaço de terra –, contínua, muitas vezes por anos, exige uma palavra-chave: confiança. A nosso ver, tal sentimento não pode ser produzido no interior de relações efêmeras, transitórias, que entendemos serem aquelas que caracterizam cada vez mais as sociedades atuais. Nas palavras de Richard Sennett:

Vejam a questão do compromisso e lealdade. “Não há longo prazo” é um princípio que corrói a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo. A confiança pode, claro, ser uma questão puramente formal, como quando as pessoas concordam numa transação comercial ou dependem de que as outras observem as regras de um jogo. Mas em geral as experiências mais profundas de confiança são mais informais, como quando as pessoas aprendem em quem podem confiar ou com quem podem contar ao receberem uma tarefa difícil ou impossível. Esses laços sociais levam tempo para surgir, enraizando-se devagar nas fendas e brechas das instituições.<sup>27</sup>

Confiança, lealdade, compromisso mútuo. Tais noções, para o autor e para nós essenciais para a sociabilidade e sobretudo para os movimentos, são difíceis de desenvolver com a sensação, muito presente na contemporaneidade, de “não há longo prazo”. É o que se costuma denominar “eterno presente”. Uma sociedade que não gosta

---

<sup>27</sup> SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 24.

de olhar para o passado, ou que tem muita dificuldade de fazê-lo, sejamos justos, com o fluxo de informações bombardeadas constantemente em todos os meios que cercam a maioria dos seres humanos. Uma sociedade sem grandes projetos de futuro desde que se estabeleceu o “fim da história”, com propostas alternativas ao capitalismo cada vez menos plausíveis para a grande maioria das populações. Como ingressar e permanecer em um grupo sem confiar que as demais pessoas serão leais ao projeto abraçado por todos? Ao utilizarmos termos aparentemente tão subjetivos, não escapamos ao risco de estabelecer uma análise um tanto subjetiva. No entanto, são noções essenciais, a nosso ver, para a compreensão das maiores ou menores possibilidades de engajamento social.

O que gostaríamos que ficasse claro até o momento é que, na nossa compreensão, a fluidificação das relações sociais, ocasionada pelos diversos fatores acima apresentados e, provavelmente, por outros que não conseguimos esgotar nesse espaço, compromete os laços de vinculação social, tornando o engajamento e o comprometimento com causas coletivas tipos de conduta mais difíceis de serem vivenciadas. Não há aqui, é preciso deixar claro, um julgamento de valor do tipo “a sociedade está piorando”, até porque não estamos, ao analisar o objeto tão de perto, em condições de fazer tais avaliações de forma tão efetiva. A sociedade vivencia as mudanças a que é conduzida pelas diversas alterações ocorridas em seu interior, e não nos cabe julgá-las, objetivamente, como boas ou ruins. A questão é que elas interferem, a nosso ver, nas possibilidades de organização dos movimentos em geral e daquele que tentamos compreender aqui em particular.

Participação social exige confiança das demais pessoas que estão envolvidas nas nossas vivências. O que percebemos, acompanhando a análise de Sennett, é que as pessoas tendem a ter esse sentimento reduzido tanto em relação àqueles que convivem com elas quanto com as possibilidades de intervenção no futuro. Se os cidadãos pensam cada vez mais em se dar bem nos limites da conduta privada – até porque as mudanças levadas a cabo pela esfera pública, como veremos melhor na sequência do texto, têm perdido a efetividade ao longo do tempo –, não é fácil ter confiança ou ser leal aos outros ou a alguma causa coletiva por um longo período de tempo. Os resultados das ações dos indivíduos estão, boa parte das vezes, sujeitos à influência de fatores que eles não podem controlar completamente, ou sequer parcialmente. Em um cenário assim, a confiança em relação ao futuro também se esvai, inserindo-os naquele contexto de incerteza e insegurança já apresentado acima.

Fechando o tópico, é sempre importante reforçar: estamos estudando o processo de individualização contemporâneo porque entendemos que ele interfere na capacidade dos indivíduos de nosso tempo de se sentirem inseridos em problemas e buscas de



soluções comuns. Isso não se dá, a nosso ver, de forma homogênea, e é provável que os diferentes sujeitos experimentem isso de forma bastante distinta, alguns sendo muito afetados por esta dinâmica, outros muito pouco ou talvez nada. No entanto, como tais alterações, sobretudo o que estamos denominando de hiperindividualismo, são entendidas como uma marca característica do nosso tempo, a tentativa do artigo é procurar entender mais claramente em que elas consistem.

## **Movimentos e Mobilizações**

Vimos falando, até o momento, de um processo forte de individualização acentuado na contemporaneidade, que conduz a uma crise dos conceitos de confiança e de lealdade. Também defendemos, como uma percepção plausível sobre a organização social, que sem tais sentimentos os sujeitos têm uma tendência menor ao engajamento uns com os outros. É por isso que entendemos que, em geral, a proliferação dos movimentos e, principalmente, o aparecimento de diversas vertentes no interior de cada um deles, representou ao mesmo tempo um ganho e uma perda. O ganho consiste, basicamente, na pluralidade das vozes ouvidas e representadas e as possibilidades de que, desde que se escute o que digam, suas reivindicações se consolidem em direitos. A perda, se a palavra não for forte demais, é que é muito difícil organizar tantas vozes assim ao mesmo tempo, mas ninguém quer deixar sua demanda para depois para que todos ecoem uma única voz. Talvez isso nem seja desejável. No limite, caímos na mobilização, que demanda por mobilidade, saúde, educação, o fim da corrupção, reforma agrária, sem classes e sem partidos, a quem quiser ouvir.

É claro que mobilizações como estas já aconteceram em tempos mais rígidos, ou seja, antes das décadas que estabelecemos aqui para o que denominamos de hiperindividualização, décadas de 1960/70. Ao mesmo tempo, movimentos clássicos ou de classe como o MST mescla a forma tradicional com outras que só são possíveis por causa das novas formas de sociabilidade, mantendo uma página na internet desde 1997, que tem um rico material de estudo e divulgação ao alcance de um clique.

Os movimentos mudaram. Estudando o momento exato em que isso começa a acontecer no caso brasileiro, Eder Sader nos fala dessa heterogeneidade em seu clássico sobre os movimentos de trabalhadores em São Paulo. Suas ferramentas de análise são nitidamente marxistas, portanto a categoria central é a classe, mas ele já consegue perceber a pluralidade que se apresenta e nos fala dela:

O que talvez seja um elemento significativo, que diferencia os movimentos sociais da década de 70, é que eles não apenas emergiam fragmentados, mas ainda se reproduziam enquanto formas singulares de expressão. Ou seja, embora tenham inclusive desenvolvido mecanismos de coordenação, articulação, unidade, eles se mantiveram como formas autônomas de expressão de diferentes coletividades, não redutíveis a alguma forma “superior” e “sintetizadora”.<sup>28</sup>

O autor estuda, basicamente, movimentos urbanos com vínculo com a questão do trabalho. O gênero surge no estudo dos Clubes de Mães; a influência da Igreja Católica, na forma da Teologia da Libertação, também é estudada. Hoje sabemos que o feminismo se reestrutura no período, que a imprensa homossexual também cresce consideravelmente, que o movimento negro é retomado com o enfraquecimento da ditadura. A pluralidade dos movimentos, das formas, dos discursos, das demandas, tende a aumentar cada vez mais, com o processo em andamento da reabertura política. Termos como feminismo e movimento negro só são possíveis em abstrações, necessárias, é claro, para a compreensão das coisas. O que existe, de fato, são os feminismos e os movimentos negros, com as mais diversas ideias, muitas vezes antagônicas, sendo defendidas. Como já se disse, é muito bom que todas essas vozes e demandas possam ser ouvidas em nossa época. Ao mesmo tempo, existe uma dificuldade nítida de que todas elas se façam ouvir de forma eficaz e, o que é mais importante, encontrem eco na efetivação das mudanças que exigem.

Há quem pense que a hiperindividualização da qual estamos tratando aqui tem a sua responsabilidade nessa diversidade. O sujeito quer que sua posição seja aceita, admitida, adotada, e não está muito disposto a fazer concessões. Até as décadas de 1960/70 a família tinha que ter a habilidade do diálogo para decidir sobre qual programa iria entreter a todos na sala de casa, ou, hipótese também plausível, com os ordenamentos verticais ainda em alta, o pai (ou os pais) decidia e todos aceitavam, alguns a contragosto, claro, participar do momento. Aprendia-se a abrir mão. A mudança da forma de consumo, da qual tratamos acima, somada à alteração constante dos antigos padrões hegemônicos de sociabilidade, criaram outro tipo de ser humano. Não vou ficar na sala vendo algo que não quero porque não preciso, tenho outra televisão no quarto, vou ver algo no computador, ou no smartphone. O sujeito hiperindividualizado está pouco propenso a gastar o seu tempo com discussões para tentar estabelecer acordos coletivos.

---

<sup>28</sup> SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970/80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 198.



No campo dos movimentos é possível que tal lógica, que é cada vez mais a lógica dos seus participantes, se instaure. O resultado disso, nas palavras de Castells, é notório.

Os movimentos sociais tendem a ser fragmentados, locais, com objetivo único e efêmeros, encolhidos em seus mundos interiores ou brilhando por apenas um instante em um símbolo da mídia. Nesse mundo de mudanças confusas e incontroladas, as pessoas tendem a reagrupar-se em torno de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais, nacionais.<sup>29</sup>

Com os sujeitos que participam cada vez mais individualizados, experimentando sensações cada vez maiores de transitoriedade, de mudança, de insegurança e incerteza, a tendência é de que as causas fiquem menos abrangentes. Não nos esqueçamos de que a confiança está em declínio e que a imagem do principal interlocutor dos movimentos, o Estado, não anda das melhores. Os escândalos de má gestão das lideranças políticas e a dificuldade cada vez maior dos gestores de realizar mudanças necessárias, em função da interconexão cada vez mais intensa da economia global, têm conduzido os sujeitos à descrença com relação à possibilidade de grandes alterações da ordem, e o cenário, em muitos casos, é este apresentado por Castells. Vivemos em um tipo de sociabilidade que nos consome tempo, e se temos que gastá-lo demais com um esforço que não tende a produzir resultados concretos, não estamos propensos a fazê-lo.

Tal situação, somada ao alto potencial de comunicação gerado pelas novas tecnologias, tem gerado cada vez mais o que se tem denominado aqui de mobilização. É importante ressaltar que grande parte dos movimentos sociais, e este aqui estudado não foge a esta regra, se utiliza amplamente do expediente das mobilizações. Agrupar um número considerável de pessoas, centenas ou milhares, em um determinado lugar, para uma marcha, como nas Romarias da Terra realizadas pelo MST e seus parceiros de luta, é um tipo de ação bastante utilizado. A questão é que, no âmbito do movimento, essa é uma das ações realizadas por um grupo que tem uma liderança, se reúne periodicamente, tem uma agenda de demandas estabelecida e interlocutores fixados. O que vai se tornando cada vez mais comum na sociedade em rede, da qual, repetimos, o próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra passou a fazer parte, é que a mobilização passa a fazer sentido por si mesma. Ela passa a ser definida por alguém, por vezes uma liderança de um movimento, outras não, e são estabelecidos um local e uma

---

<sup>29</sup> CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Op. cit., p- 41.

data para que aconteça, além de uma pauta. As pessoas se reúnem, se manifestam e, depois que o ato em si acaba, aguardam os resultados de sua atuação. Os membros do movimento organizador podem, por vezes, acompanhar de forma mais intermitente as consequências do ocorrido, mas é muito possível que a grande maioria dos indivíduos que participaram do protesto/mobilização/reivindicação não. Investimento mínimo com possibilidades de ganho, ainda que não garantidas, mas pelo menos prometidas, consideráveis. Forma de participação ideal para o hiperindivíduo.

Manuel Castells parece ser otimista com relação a tal forma de organização social. Ao falar das grandes mobilizações que balançaram o mundo desde a Primavera Árabe, ele afirma que

nas margens de um mundo que havia chegado ao limite de sua capacidade de propiciar aos seres humanos a faculdade de viver juntos e compartilhar sua vida com a natureza, mais uma vez os indivíduos realmente se uniram para encontrar novas formas de sermos nós, o povo.<sup>30</sup>

Em função da dificuldade apresentada acima, do controle do espaço virtual pelos governos e empresas, tal forma de comunicação tem sido, por motivos evidentes, o escolhido, sobretudo, em países dominados por governos mais autoritários, e as possibilidades de organização são, principalmente nesses espaços, sem precedentes. Os resultados são recentes demais para avaliação histórica, e não é objetivo do presente trabalho. A questão é analisar um pouco melhor o que nos fala o autor na citação. Ele denuncia um mundo, aquele que estamos chamando aqui de hipermodernidade, que já havia chegado ao seu limite de propiciar aos sujeitos a capacidade de viverem juntos. É disso que estamos falando ao longo de todo o capítulo. Isso tende a refletir nas possibilidades de organização dos movimentos, porque altera os níveis de disposição ao engajamento daqueles que vivem esse novo tempo. A dinâmica da transitoriedade, da conexão, tem adentrado os espaços de organização dos grupos.

Castells fala de um “nós”, de um povo. Uma nova forma de nos sentirmos assim. Entendo que devemos avaliar o fenômeno de maneira muito cautelosa. Não é um “nós” no mesmo sentido em que ele existia no início da década de 1980, nas pessoas que passavam meses debaixo da lona em busca da conquista de algo que, em última instância, era coletivo. Não temos aqui esse nível de relacionamento. Como afirmou Richard Sennett, esse tipo de lealdade e confiança demanda tempo e convivência, e aqui,

---

<sup>30</sup> Idem.

evidentemente, no mais das vezes, não é disso que se trata. No entanto, em uma sociedade que impulsiona as pessoas cada vez mais para o mergulho na individualidade, tal forma de organização talvez seja, como nos diz o trecho acima, a forma de reinventarmos um sentimento de “nós”, talvez a mais possível porque, grande parte das vezes, menos exigente para a maioria dos participantes das mobilizações. Como dissemos, os eventos em massa dos últimos tempos têm envolvido a permanência de indivíduos no local, a organização em torno de algumas lideranças, o sacrifício de muitos. Mas é bem provável que a grande maioria dos milhares que engrossaram os grandes encontros físicos tenha ido, participado, e voltado aos seus lares. A experiência recente no Brasil, comentada pelo próprio autor, é uma demonstração nítida disso.

A isso contrapomos, novamente, o exemplo do MST, um movimento que surgiu em um contexto de organização bastante tradicional, na composição dos discursos marxista e religioso, tendo como uma das principais formas de mobilização a ocupação, isto é, o estar em um local físico, e lá permanecer. O lema inicial “ocupar e resistir”, ou seja, ficar no lugar, será alterado para “ocupar, resistir e produzir”, quando se entende que a produção é exatamente o que legitima a permanência. Uma forma de organização baseada na fixidez no local, enquanto a cultura social difunde, amplamente, na sua própria arquitetura, o trânsito, a passagem.

Tal percepção nos é apresentada pelo antropólogo Marc Augé, que denomina nosso tempo de supermodernidade. É mais um nome para um conjunto de alterações razoavelmente parecido. Ele utiliza o conceito de “não-lugar” para designar a relação com o espaço cada vez mais característica da modernidade. Nas suas palavras:

Um mundo onde se nasce numa clínica e se morre num hospital, onde se multiplicam, em modalidades luxuosas ou desumanas, os pontos de trânsito e as ocupações provisórias (as cadeias de hotéis e os terrenos invadidos, os clubes de férias, os acampamentos de refugiados, as favelas destinadas aos desempregados ou à perenidade que apodrece), onde se desenvolve uma rede cerrada de meios de transporte que são também espaços habitados, onde o frequentador das grandes superfícies, das máquinas automáticas e dos cartões de crédito renovado com os gestos do comércio “em surdina”, um mundo assim prometido à individualidade solitária, à passagem, ao provisório e ao efêmero (...).<sup>31</sup>

<sup>31</sup> AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994, p. 74.

Bauman também fala dessa transitoriedade dos espaços na contemporaneidade. Na história ocidental, da Grécia para nossos dias, a *ágora*, espaço público, político, de exercício da cidadania, de compromisso com a coletividade, cedeu lugar aos shoppings, espaços privados, de prática do consumo, de não permanência, de fugacidade. O MST, como afirmamos acima, é um movimento territorial. Sua principal forma de atuação é a ocupação dos espaços, como uma forma de pressionar o Estado para a realização de políticas de combate à concentração de terras, na busca de conseguir o seu “lugar”, um território no qual os participantes da luta possam se fixar para construir uma vida mais digna. Culturalmente falando, no entanto, as pessoas querem, realmente, a fixidez? No momento da luta, é claro, existe o desejo dos indivíduos de terem um lugar seu. No entanto, depois da conquista, existe uma dificuldade nítida da manutenção de muitas dessas pessoas no lugar conquistado. Pode-se falar da falta de estrutura para a produção, é claro, assim como da falta de experiência de muitos desses indivíduos com a nova vida na qual estão inseridos. Mas e os aspectos culturais, devem ser negligenciados? Penso que não.

Desse modo, a diferenciação que procuro fazer aqui é entre a mobilização em si, que pode ser realizada a partir da organização de movimentos ou não, mas que consiste, em última instância, em compartilhar um lugar por um tempo determinado, boa parte das vezes por pessoas que, na sua grande maioria, não se conhecem e que, no limite, no caso brasileiro, teve a marca da repulsa às formas de organização tradicional, e movimento, compreendido como um grupo com objetivos compartilhados, reuniões razoavelmente regulares, estratégias comuns e, em alguma medida, algum conjunto perceptível de ideias sobre as coisas.

Penso que as mobilizações recentes no país foram importantes para pressionar a classe política sobre a necessidade de dar respostas às demandas sociais. Na prática, a questão do valor do transporte público foi a conquista mais efetiva. O debate sobre uma possível reforma política teve início, um abaixo assinado foi organizado combinando os espaços físico e virtual, mas isso sempre está na dependência da classe política, tendo que passar pelo chamado Projeto de Iniciativa Popular. A pressão política é essencial; sem ela, provavelmente, nenhuma modificação mais substancial deve ser esperada nas modernas sociedades democráticas. No entanto, se ela não tem continuidade, não me encontro muito otimista com relação à efetivação das mudanças pretendidas. Temos mais de 30 anos de pressão dos movimentos de luta pela terra no campo brasileiro, e se existe um consenso sobre esse assunto, é que a reforma agrária no Brasil não foi feita como deveria e a situação do campo não foi alterada substancialmente. Se com tanta pressão o

Estado consegue barrar mudanças que dificilmente alguém considera, na sua essência, injustas, o que pensar dos encontros de rua que se estendem por alguns dias ou semanas e, depois disso, deixam de ocorrer de forma repentina? Os milhares que foram às ruas continuam cobrando no espaço virtual com a mesma efetividade, nos sites do senado ou da câmara federal, por exemplo? Ou denunciam, em suas cidades, situações injustas que devem ser combatidas? Sem uma pressão que tenha uma continuidade mais sensível sobre os representantes políticos, não espero, realmente, que mudanças significativas venham ocorrer como resultado das mobilizações de massa.

Em um período cada vez mais marcado pela transitoriedade, pela noção de conexão, e que, com a difusão das novas tecnologias da informação, potencializa a comunicação horizontalizada, inclusive, por vezes, à revelia de certos controles do Estado, as mobilizações, entendidas como encontros reivindicatórios, com duração razoavelmente programada, de sujeitos que, a princípio, não compartilham entre si muito mais do que o motivo de estarem ali, tem sido uma modalidade privilegiada de interferência no meio, e com conquistas consideráveis. O MST, no entanto, apesar de também ocupar o espaço virtual, mantém-se, pelo menos por um longo tempo, dentro dos limites da classe, com uma percepção de luta contra um sistema considerado injusto. Vem se hibridizando ao participar da rede social e de redes de movimentos e organizações como as ONGs, mas seus aspectos de movimento regular têm-se mantido, apesar das tendências culturais ao individualismo.

## Conclusão

Hartog nos oferece uma chave histórica para a compreensão do nosso tempo, que é a crise do regime de historicidade moderno, nos encerrando em um presentismo marcado pela pouca conexão com o passado e pelas incertezas diante do futuro. A antiguidade e a idade média eram sistemas passadistas, nas quais os horizontes de expectativa eram fixados a partir dos espaços de experiência dos sujeitos que viveram nesses períodos. O moderno é marcado pelo distanciamento cada vez maior entre a experiência que o indivíduo tem e o que ele deve esperar do futuro. No entanto, em razão do Iluminismo, existe uma crença no progresso que faz com que o homem queira olhar para frente, porque sua impressão é a de que aquilo que lhe espera será sempre superior. O século XX, com duas guerras totais, o holocausto, nos conduziu a reavaliar essa ideia

de um futuro sempre melhor, e com o questionamento da noção de progresso, o que vem pela frente ficou sombrio, assustador, incerto. Daí o presentismo.

Com Bauman e Lipovetsky procuramos entender um pouco melhor, também auxiliados por Sennett, que tipo de indivíduo e de individualismo têm sido produzidos com a virtualização das relações e os questionamentos dos padrões horizontais de convivência que vêm ocorrendo, sobretudo, a partir da década de 1970. O que percebemos, sem valorar se isso é exatamente bom ou ruim, é que o tipo de individualização em curso oferece uma sensação de maior liberdade, mas cobra um preço por isso, que é a pulverização das causas, o que permite que muito mais vozes sejam ouvidas, o que é bom, mas talvez conduza a uma dificuldade nos níveis de engajamento, o que não pode ser afirmado de forma definitiva.

A palavra de ordem na participação é a confiança, que é exatamente o que tem sido perdido em um momento em que as instâncias políticas vivenciam uma crise de legitimidade, e que é o que demanda exatamente o convívio cotidiano, tão dificultado em tempos velozes e virtualizados, para se consolidar. Entendemos que não há nenhuma conclusão apocalíptica a ser retirada de nossas análises, e que movimentos como o MST têm conseguido se manter ativos e inclusive se utilizar dos meios tecnológicos na busca da eficácia. No entanto, a reflexão sempre cabe. O que não achamos adequado é que em tempos tão difíceis para a construção de novas alternativas de sociabilidade e política os sujeitos acreditem que sua simples participação em qualquer que seja a manifestação possa garantir que um ambiente melhor esteja em curso.